

HABEAS CORPUS Nº 493.258 - SP (2019/0041636-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VANESSA MORAIS KISS - SP314903
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MURILO LUAN DE CARVALHO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MURILO LUAN DE CARVALHO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2252661-11.2018.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 (tráfico). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário perante o Tribunal de origem alegando constrangimento ilegal ao paciente em razão da ausência de fundamentação para a prisão preventiva. A ordem foi denegada nos termos da ementa:

HABEAS CORPUS - Tráfico de drogas - Conversão da prisão em flagrante em preventiva - Análise sob o enfoque da Lei n.º 12.403/11 - Paciente preso em flagrante em 22/11/18, com 01 porção de maconha (1.7g) e 16 de crack (1.6g), drogas destinadas ao tráfico, quando em gozo de liberdade provisória a ele confiada em processo que responde pela prática do crime de tráfico de entorpecentes - Análise cuidadosa e individualizada da conduta que demonstra a ausência de freios inibitórios - Excepcional prisão preventiva necessária e adequada ao caso concreto para garantia da ordem pública - Presença de requisito da prisão preventiva que afasta a liberdade provisória - Ordem denegada - (voto n. 38483).

Agora a defesa impetra o presente *habeas corpus* perante essa Corte reafirmando a arbitrariedade na prisão preventiva do paciente em razão da ausência de fundamentos idôneos e sustentando que a questão da comprovação da efetiva identidade não é admissível para a sua manutenção no cárcere. Ressalta as circunstâncias pessoais que lhe são favoráveis. Salienta que lhe será aplicada a causa de diminuição de pena, prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas.

Pleiteia, em liminar e no mérito, a concessão de liberdade ao paciente, ainda que mediante o cumprimento de medida cautelar alternativa, com a imediata expedição de alvará de soltura a seu favor.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça.

Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator